

Diálogo e distorção sobre as tragédias de Mariana e Brumadinho: a comunicação estratégica das organizações responsáveis

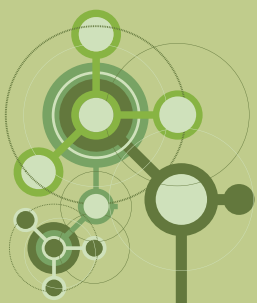
Dialogue and distortion about the Mariana and Brumadinho tragedies: the strategic communication of the responsible organizations

Diálogo y distorsión sobre las tragedias de Mariana y Brumadinho: la comunicación estratégica de las organizaciones responsables



Fiorenza Zandonade Carnielli

- Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- E-mail: fiorenza.carnielli@ufrgs.br



RESUMO

Este artigo tem o objetivo de identificar estratégias e características da comunicação das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale a partir de sua apresentação pública na trama acontecimental das tragédias de Mariana (2015) e Brumadinho (2019). De acordo com a tradução dialógica de Bohman para a comunicação bem-sucedida e considerando a proposta de Mafra e Marques, o diálogo é assumido como critério de avaliação normativa e pragmática da comunicação das organizações. A análise de conteúdo de 14 relatórios de atividades publicados pelas organizações entre 2016 e 2020 subsidia a constituição e a reflexão sobre o quadro pragmático da comunicação estratégica. Como conclusão, afirma-se que a trama formada pelas tragédias de Mariana e Brumadinho é reveladora de estratégias de comunicação das organizações que indicam uma comunicação sistematicamente distorcida e permitem caracterizar a comunicação cínica em sobreposição à comunicação pública.

PALAVRAS-CHAVE: COMUNICAÇÃO PÚBLICA • DIÁLOGO • COMUNICAÇÃO SISTEMATICAMENTE DISTORCIDA • COMUNICAÇÃO CÍNICA • TRAGÉDIAS DE MARIANA E BRUMADINHO.

ABSTRACT

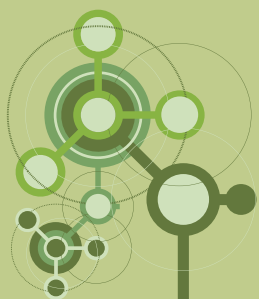
This study aims to identify communication strategies and characteristics related to the public presentation of Samarco, Fundação Renova, and Vale in the event plot of the Mariana (2015) and Brumadinho (2019) tragedies. Considering Bohman's dialogic translation for successful communication and the proposal by Mafra and Marques takes dialogue as a normative and pragmatic evaluation criterion for organizational communication. Content analysis of 14 activity reports by those organizations from 2016 to 2020 supports the constitution and reflection on the pragmatic frameworks of strategic communication. This study shows that the plot of events in the tragedies of Mariana and Brumadinho evince organizational communication strategies that indicate systematically distorted communication, making it possible to characterize cynical communication in overlap with public communication.

KEYWORDS: PUBLIC COMMUNICATION • DIALOGUE • SYSTEMATICALLY DISTORTED COMMUNICATION • CYNICAL COMMUNICATION • MARIANA AND BRUMADINHO TRAGEDIES.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar las estrategias y las características de comunicación de las organizaciones Samarco, Fundação Renova y Vale a partir de su presentación pública en el evento de las tragedias de Mariana (2015) y Brumadinho (2019). De acuerdo con la traducción dialógica de Bohman para una comunicación exitosa y teniendo en cuenta la propuesta de Mafra y Marques, el diálogo se asume como criterio de evaluación normativa y pragmática de la comunicación de las organizaciones. El análisis de contenido de 14 informes de actividad publicados por las organizaciones entre 2016 y 2020 apoya la creación y reflexión sobre el marco pragmático de la comunicación estratégica. En conclusión, se afirma que la trama del evento formada por las tragedias de Mariana y Brumadinho es reveladora de estrategias comunicativas de las organizaciones que indican una comunicación sistemáticamente distorsionada y permiten caracterizar la comunicación cínica en superposición con la comunicación pública.

PALABRAS CLAVE: COMUNICACIÓN PÚBLICA • DIÁLOGO • COMUNICACIÓN SISTEMÁTICAMENTE DISTORSIONADA • COMUNICACIÓN CÍNICA • TRAGEDIAS DE MARIANA Y BRUMADINHO.



INTRODUÇÃO

Este artigo reporta resultados de pesquisa de doutorado dedicada ao estudo da trama acontecimental definida pelas duas tragédias socioambientais causadas em Minas Gerais por mineradoras¹. A tragédia de Mariana ocorreu em 2015, com responsabilidade da Samarco, e a tragédia de Brumadinho, em 2019, com responsabilidade da Vale. São acontecimentos públicos cujas experiência e simbolização estão sediadas em processos de comunicação pública (Esteves, 2011). Partimos do pressuposto de que a comunicação desencadeada por acontecimentos públicos é marcada por expectativas éticas típicas do espaço público democrático e atravessada por disputas de sentido que definem a comunicação pública (Weber, 2011, 2017). Nossa escolha é observar o exercício comunicacional de um poder específico – aquele das organizações – em uma situação pública particular – a da disputa ensejada por acontecimentos públicos.

Em Mariana, a tragédia causada pela mineradora Samarco em 5 novembro de 2015 matou 19 pessoas e despejou 40 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério de ferro na bacia do rio Doce, alcançando o mar após percorrer mais de 600 quilômetros. É o maior desastre ambiental em extensão territorial dos danos da mineração mundial – 38 municípios foram diretamente atingidos ao longo do rio nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo (Brasil, 2019a). A Samarco² é propriedade de duas outras mineradoras, Vale e BHP Billiton. Em conjunto, as três mantêm a Fundação Renova, organização sem fins lucrativos criada por meio de acordo dessas empresas com os governos federal, mineiro e capixaba, em 2016, para lidar com as reparações junto a comunidades e meio ambiente atingidos.

Em 25 janeiro de 2019, uma nova tragédia se impôs, em Brumadinho, com o rompimento da barragem da Vale³, que matou 270 pessoas, constituindo-se como o segundo maior desastre em número de vítimas com barragem de mineração no mundo. Os 13 milhões de metros cúbicos de lama liberados comprometeram o Rio Paraopeba em pelo menos 305 de seus 505 quilômetros de extensão (Brasil, 2019b). Desde então, a Vale vem sendo acionada em processos para elucidar os fatos que causaram as mortes e a destruição ambiental e oferecer reparação às comunidades atingidas.

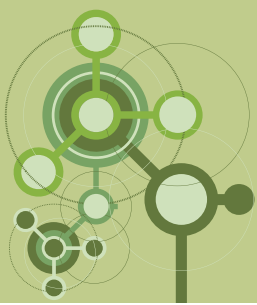
Nos acontecimentos públicos, as ações do Estado são fundamentais, já que convocam providências próprias do Estado Democrático de Direito. Mantendo a atenção nas consequências públicas, mas colocando em foco os atores privados responsáveis pelas ocorrências públicas, questionamos como se desenvolve a comunicação estratégica de Samarco, Fundação Renova e Vale nessa disputa pública em que desempenham papel central.

Observamos a incorporação dos critérios democráticos da comunicação pública no posicionamento das três organizações diante das tragédias de Mariana e Brumadinho. Ao tratar desses acontecimentos nos relatórios publicados sobre os anos 2015 a 2020 (Carnielli, 2021), elas fazem declarações explícitas e diretas de adesão a preceitos de diálogo, igualdade, publicidade e não tirania, que correspondem a critérios ideais da comunicação pública argumentados por Bohman (2009), Esteves (2011) e Weber (2017).

1 Este artigo é versão revista e editada da apresentada no 31º Encontro Anual da Compós, de 2022, tendo sido reformulado a partir das contribuições do debate realizado entres os participantes do GT de Estudos de Comunicação Organizacional, aos quais agradecemos pela troca.

2 A mineradora Samarco foi fundada em 1977 e tem como proprietárias Vale e BHP Billiton, duas das maiores mineradoras do mundo. Segundo informações da própria Samarco, em 2015, quando a barragem rompeu, ela era a 12ª maior exportadora do Brasil, registrando faturamento de 6,5 bilhões de reais e gerando cerca de 6 mil empregos diretos e indiretos.

3 A mineradora Vale foi criada em 1942 pelo Estado brasileiro e permaneceu como estatal até 1997, quando foi privatizada. É uma mineradora global com sede no Brasil e atuação em cerca de 30 países, empregando, em 2024, aproximadamente 120 mil pessoas, entre próprios e terceiros permanentes. Em 2018, logo antes da tragédia em Brumadinho, a empresa produziu 384,6 milhões de toneladas de minério de ferro, 244,6 milhões de toneladas de níquel, 55,3 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro e 11,6 milhões de toneladas de carvão, com receita líquida de 36,5 bilhões de dólares.



Importante considerar que a autodefinição de organizações marcadas por sua natureza privada – como Samarco, Vale (de fato privadas) e mesmo Renova (embora do terceiro setor, é submetida aos interesses e ingerência daquelas) – a partir das qualidades éticas da comunicação pública não é automática nem obrigatória, e, assim, demonstra-se a potência do ambiente democrático sobre as definições estratégicas da comunicação dessas organizações. Por outro lado, devemos ter em conta que a comunicação do agente econômico privadamente comprometido com o lucro disputa lugar no espaço de visibilidade definido pela esfera pública com vistas à obtenção de imagem pública favorável. Uma vez que a imagem pública se coloca como condicionador de estratégias, ante a definição pública da trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho, Samarco, Renova e Vale buscam se apresentar na esfera pública em assimilação à gramática própria desse espaço, posicionando-se na disputa de versões sobre a trama acontecimental em busca de adesão, apoio e uma imagem pública favorável.

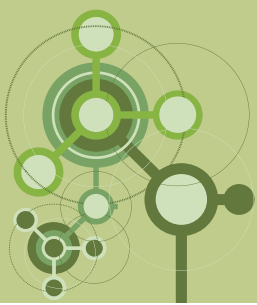
Diante da constatação de que as três organizações explicitam valores da comunicação pública ao relatarem as tragédias que causaram, este artigo se orienta pelo objetivo de identificar estratégias e características da comunicação das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale a partir de sua apresentação pública na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. A ideia de *trama acontecimental* identifica os acontecimentos em uma mesma trama, já que, mesmo tendo ocorrido em períodos distintos, detêm similitudes geográficas, organizacionais e comunicacionais.

Para o diagnóstico dessa comunicação, valemo-nos de análise de conteúdo, com leitura interpretativa de material representativo da comunicação estratégica produzida pelas três organizações: 14 relatórios anuais ou bienais publicados por Samarco, Fundação Renova e Vale ao longo de seis anos, abrangendo os anos de 2015 (ano da tragédia com a barragem da Samarco), 2016 (ano de criação da Fundação Renova), 2017, 2018, 2019 (ano da tragédia com a barragem da Vale), 2020, até julho de 2021. Com esse corpus, escolhemos observar uma dimensão específica da comunicação organizacional entre as três classificadas por Baldissera (2009), a organização comunicada, aqui assumida como expressão da postura estratégica das organizações. Os relatórios de atividades são exemplares da posição assumida pública e estrategicamente pelas organizações, com o registro discursivo de seus feitos e posições assumidas desde a irrupção das duas tragédias, em 2015 e em 2019, até o ano de 2021, quando se encerrou a coleta da pesquisa.

A partir de uma perspectiva crítica, a escolha do referencial teórico deste texto justifica-se ao assumir o conceito da comunicação pública como problematizador e revelador das consequências éticas e pragmáticas da comunicação empreendida pelas organizações. Subsidiaram o estudo abordagens da comunicação pública (Esteves, 2011; Weber, 2011, 2017), comunicação sistematicamente distorcida (Bohman, 2000, 2009, Gross, 2010), racionalidade cínica (Sloterdijk, 2012; Safatle, 2008) e perspectivas críticas da comunicação das organizações (Baldissera, 2009; Deetz, 1992; Mafra; Marques, 2013, 2017; Moriceau, 2019).

Na análise do conteúdo dos relatórios de Samarco, Renova e Vale, o diálogo foi assumido como critério de avaliação normativa e pragmática da comunicação das organizações. A reflexão desenvolvida sobre *quadro normativo*, *quadro pragmático* e *quadro paradoxal da comunicação* permite sustentar a hipótese de que a comunicação executada pelas três organizações para responder a sua responsabilidade ante as tragédias de Mariana e Brumadinho caracteriza-se como uma comunicação cínica que se justapõe à comunicação pública e, ao mesmo tempo, a integra de modo paradoxal, por meio de operações distorcidas utilizadas estrategicamente nas apresentações públicas.

O texto a seguir está estruturado a partir da apresentação do referencial teórico, da abordagem metodológica, dos resultados analíticos e, por fim, da discussão e conclusões embasadas pela pesquisa.



ASSIMETRIA ORGANIZACIONAL E DISTORÇÃO DA COMUNICAÇÃO

A proposta deste trabalho implica a observação dos processos de comunicação pública em uma ambiência específica, a organizacional, compreendendo a organização como terreno forjado a partir da ação interacional de sujeitos em comunicação. Em acordo com uma abordagem crítica da comunicação organizacional, destaca-se o duplo caráter das organizações, vistas tanto em sua potência simbólica quanto em sua lógica instrumental. A atenção está voltada para a compreensão do processo de construção e disputa de sentidos que se verifica na dinâmica das relações organizacionais, tal qual proposto por Baldissera (2009).

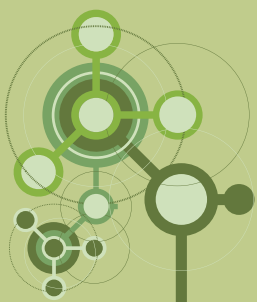
É fundamental considerar a natureza estratégica da ação dos agentes econômicos exposta aos constrangimentos públicos próprios da ambiência democrática. Nesse cenário, argumenta-se que as organizações operam a partir de lugares de poder, naturalizando assimetrias em suas relações com os públicos. Essa assimetria, por sua vez, cria oportunidades para a *comunicação sistematicamente distorcida*. Por isso, esse conceito habermasiano (Habermas, 1970), compreendido principalmente a partir de Bohman (2000), é retomado, pensando seu funcionamento no enquadramento da comunicação organizacional. Definimos a comunicação sistematicamente distorcida como situação em que a comunicação, por meio da ação estratégica e reiterada do interlocutor, se desenrola com a aparência de interação consensual para alcançar a adesão do parceiro à situação de interação e, a partir daí, efetivar objetivos não necessariamente consensuais.

A apropriação da ideia de comunicação sistematicamente distorcida para situações da comunicação organizacional tem o objetivo de dar a ver efeitos da prática comunicacional baseada na “assimetria intrínseca às relações organizacionais” (Mainieri *et al.*, 2018, p. 13). A diferença de poder constitutiva entre organização e públicos coloca-se como condição sustentadora de uma comunicação que viola a reciprocidade. É importante demarcar que a denúncia do desequilíbrio ou assimetria das posições de poder entre organização e públicos não advoga pela ilusão de uma condição simétrica, em que as diferenças sejam apagadas. Isso requer “[...] procurar formas de inclusão no diálogo que não sejam niveladoras de diferenças, permitindo que o ‘outro’ seja respeitado em sua alteridade” (Marques; Mafra, 2014, p. 9). Quando a assimetria não é acolhedora da diferença, mas sim naturalizada para impor disposições de poder (econômico, político, coercitivo ou simbólico) de um sobre o outro, o pacto da igualdade na diferença não se estabelece.

Nossa articulação para a comunicação sistematicamente distorcida no escopo da comunicação organizacional segue as pistas de Marques, Mafra e Martino (2018) e aciona a compreensão de Bohman (2000) de que as relações assimétricas permitem a sistemática de distorção, enquanto a ação estratégica⁴ latente é sua origem. É possível entender que a assimetria organizacional se coloca como violência estrutural que desencadeia a comunicação sistematicamente distorcida (Gross, 2010).

Uma vez que o “sucesso das distorções depende de assimetrias de comunicação produzidas por relações de poder entre falantes e ouvintes” (Marques; Mafra; Martino, 2018, p. 111), temos nas organizações condições para essa distorção. Com isso, não se pretende afirmar que toda organização distorce toda a comunicação. Numa variação da assertiva para a condicionante, entende-se que a organização é, potencialmente, criadora de comunicação sistematicamente distorcida, uma vez que está naturalmente forjada por relações assimétricas.

4 Em Bohman (2000), a ação estratégica é compreendida em termos habermasianos, como aquela orientada para o sucesso, se diferenciando da ação comunicativa orientada para o entendimento. Como destacam as interpretações de Marques (2011) e Mendonça (2016), a diferenciação entre ação estratégica e ação comunicativa não exclui a dimensão comunicativa da ação estratégica.



Importante destacar que estamos desenvolvendo a compreensão da comunicação sistematicamente distorcida a partir da comunicação das organizações, mas essa sistemática não é exclusividade delas. Não só as organizações ocultam interesses e distorcem a comunicação, os públicos também o fazem, certamente sob circunstâncias diversas. Assim, ao privilegiar a abordagem da sistemática distorcida a partir das organizações, não se pretende demarcá-la como exclusividade delas.

A efetivação da distorção dependerá do poder da organização específica e do grau de assimetria que nela se realiza. Mais que isso, depende do grau de maturidade democrática da comunidade onde atua e do nível de institucionalidade e vivacidade do Estado democrático de direito que a regula. As organizações, conforme a cultura mais ou menos democrática em que se inserem e o grau de autonomização que instauram à revelia dos Estados nacionais, serão mais abertas ou fechadas a incorporar e exercitar as barreiras desejadas às assimetrias em uma democracia. Ou seja, serão mais ou menos porosas ao interesse público.

ABORDAGEM ANALÍTICA PELO DIÁLOGO: INDICADORES POSITIVOS E NEGATIVOS

Em nossa abordagem analítica, assumimos o diálogo como critério normativo e pragmático da comunicação organizacional capaz de indicar a porosidade pública e democrática das organizações. Mafra e Marques (2017) identificam o diálogo como *concepção discursiva de bem*, aludindo à definição que Bohman (2009) dá ao conceito. A partir desse entendimento, o diálogo constitui-se, potencialmente, em valor e prática da comunicação (também) no ambiente organizacional.

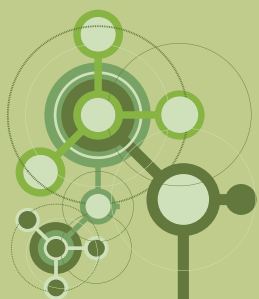
Nesse contexto, não basta que a previsão da estrutura institucional aponte, explicitamente, para o valor do diálogo, pois é pragmaticamente, como experiência, que ele se verifica. Bohman (2000) sustenta que é no nível implícito da comunicação que operam as sistemáticas de distorção, sob uma fachada de compromisso com a comunicação livre e inclusiva. Ou seja, o diálogo pode ser propiciado ou cassado da interação organizacional conforme mecanismos e práticas adotados. Defendemos que a postura de uma organização deve ser observada não apenas no nível explícito das justificações, mas também pragmaticamente na forma com que aciona, realiza ou impede o diálogo e registra esses gestos nos conteúdos de sua comunicação estratégica. A operacionalização do diálogo enquanto critério pragmático da comunicação organizacional como categoria de análise implica a identificação de sinais de adesão ou de impedimento ao diálogo no posicionamento público das organizações.

Na via de promoção do diálogo, recuperam-se os cinco mecanismos dialógicos enumerados por Bohman (2009). Importa destacar que eles são listados pelo autor em consideração ao contexto democrático deliberativo como um todo – não se trata de aplicação específica para as organizações – e indicam o diálogo como atividade essencialmente interacional e colaborativa. Os cinco mecanismos são: (1) explicitar o que está latente em seus entendimentos; (2) realizar trocas recíprocas a partir de experiências diversas; (3) aplicar a norma geral ao caso concreto; (4) criar articulação abstrata entre normas; (5) assumir diferentes perspectivas e papéis. Dessa forma, cinco indicadores que promovem a prática dialógica foram definidos, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Quadro pragmático da comunicação: indicadores positivos do diálogo

Indicador positivo	Descrição	Marcas textuais
Abstração de norma	Abordagem do problema específico em contextos sociais mais amplos	Referência textual direta ou à situação prática em que, a partir da atuação da organização, contextualiza problemas e suas consequências, reconhece desafios e problemas públicos e sua responsabilidade por eles.

Continuará...



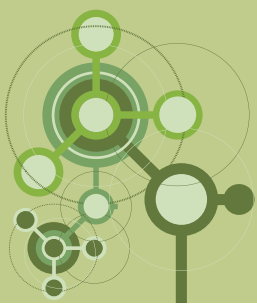
Quadro 1: Continuação

Acolhida recíproca de diferenças	Realizar trocas a partir do respeito a diferenças de experiências e identidades	Referência textual direta ou à situação prática de diálogo (conversação, escuta, espaço de autoexpressão, acolhida e empatia) com públicos e instituições com posições diferentes e de reconhecimento a diferenças de recursos entre organização e públicos.
Aplicação concreta de norma	Descrição da nova situação vivida e identificação de questões problemáticas concretas diante da abstração normativa (incluindo leis e regamentos)	Referência textual direta ou à situação prática de avaliação de demandas e direitos de públicos em situações de desigualdade que envolvem a organização, indicação de problemas concretos enfrentados em função da atuação da organização, assumir erros, regras e leis não cumpridas, desvios cometidos.
Descentramento	Ampliação do horizonte, assumindo perspectiva generalizada, deixando o autocentramento	Referência textual ou à situação prática de mudança de postura a partir da visão do outro, ressignificação do passado e projeção do futuro; consequências de revisão nos processos de relacionamento da organização com o público.
Explicitação de razões	Explicitar o que está latente em seus entendimentos, não ocultando interpretações e interesses	Referência textual direta ou à situação prática de reconhecimento dos próprios interesses da organização e da influência desejada, bem como a seu tensionamento em conflitos e desacordos, contrapontos e discordâncias em relação a sua posição e à oferta de respostas a quem discorda.

Fonte: Carnielli (2021, p. 181).

No sentido negativo, quando o resultado é o impedimento do diálogo, outras duas sistematizações são apropriadas: os fechamentos discursivos listados por Deetz (1992) e as funções de controle estratégico do diálogo organizacional reunidas por Moriceau (2019). Nessa frente negativa, as duas visadas são próprias do campo da comunicação organizacional. Entendendo as organizações como espaços preenchidos por interações patológicas, Deetz (1992) sustenta que elas operam processos ativos de fechamento discursivo para evitar o conflito. O autor enumera as operações mais comuns de fechamento discursivo que buscam suprimir a natureza conflituosa da experiência: (1) desqualificação; (2) naturalização; (3) neutralização; (4) anulação de tópicos; (5) subjetificação da experiência; (6) negação de sentidos e negação plausível; (7) legitimação; e (8) pacificação.

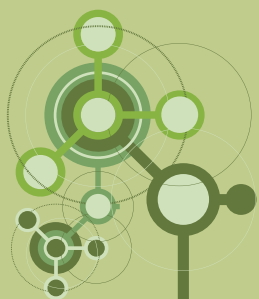
Por sua vez, Moriceau (2019) aborda o acionamento de práticas organizacionais dialógicas que podem vir a se constituir em instrumentos de gestão estratégica de controle. Para o autor, a organização perde a noção de alteridade a partir da comunicação dirigida a *stakeholders*, em que fala frequentemente com figuras sem rosto e veicula elementos de um discurso autoritário, ainda que sem intenção. Esse discurso autoritário é forjado no recurso estratégico ao diálogo, pervertendo-o e direcionando-o à desqualificação e à neutralização dos públicos percebidos como perigosos. Moriceau (2019) lista seis funções estratégicas de controle do diálogo: (1) inteligência; (2) contenção; (3) desvio; (4) cooptação; (5) desqualificação; (6) legitimação. Foram sintetizados oito indicadores negativos que representam violações ao diálogo empreendidas por organizações, conforme Quadro 2.



Quadro 2: Quadro pragmático da comunicação: indicadores negativos do diálogo

Indicador negativo	Descrição	Marcas textuais
Anulação de tópicos	Desencorajamento da discussão a partir da ausência de fatos, temas, sentimentos e termos de nomeação	Referência textual direta ou à situação prática de bloqueios a temas e discussões, adoção de nomeação genérica e pretensamente neutra sobre fatos; ausência de referência textual a fatos, temas e termos
Desqualificação	Exclusão de sujeitos	Referência textual direta ou à situação prática de desconsideração de públicos tidos como incapazes de dialogar (falta de conhecimento ou técnica); apagamento de características de públicos e ausência de identificação de públicos
Legitimação	Invocação de dispositivos explicativos de ordem superior e de causas/ bandeiras externas	Referência textual direta ou à situação prática em que valores e crenças (lucros, sustentabilidade etc.) são acionados como justificativas gerais; associação a instituição de área ou causa diversa da organização para se valer de sua credibilidade
Naturalização	Construções sociais são tomadas como coisas dadas	Referência textual direta ou à situação prática de reivindicação de objetividade, especialização e tecnicismo; barreiras ou desconsideração a subjetividades e à reflexão sobre o processo de construção das posições
Negação plausível	Jogo de ambiguidade institucionalizado em que uma possibilidade de interpretação é colocada na interação e, ao mesmo tempo, é negada	Referência textual direta ou à situação prática em que reconhece consequências de seus atos e ao mesmo tempo não se responsabiliza por sua causa, alega desconhecimento do perigo como defesa, elege e aponta bode expiatório
Neutralização	Negação de interesses alheios, tomando um sistema de valores como o único	Referência textual direta ou à situação prática em que apenas interesses próprios são considerados; adversários são ocupados no diálogo (desvio) e poder é conferido a um único grupo (cooptação)
Pacificação	Aparência de engajamento na discussão para desviar o conflito e negar possibilidade de resolução do problema	Referência textual direta ou à situação prática de intervenção pacificadora para negar possibilidade de resolver um problema; levantar informações e características do público para conter suas demandas
Subjetificação da experiência	Particularização de questões e abordagem como ponto isolado para restringir os significados	Referência textual direta ou à situação prática de transferência de conflito do espaço público para o espaço privado (contenção), decisionismos e relativismos privados para negação de questão coletiva ou pública, adotar lugar individual como barreira

Fonte: Carnielli (2021, p. 183).



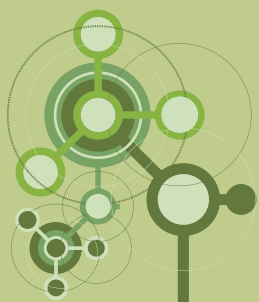
Para a constituição do corpus de pesquisa, privilegamos material empírico condizente com as estratégias de comunicação desenvolvidas pelas organizações Samarco, Fundação Renova e Vale no contexto das tragédias provocadas por elas, considerando 14 relatórios de atividades, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Corpus de pesquisa

Organização	Documento	Período	Total págs
SAMARCO (3 relatórios)	Relatório Bienal 2015-2016	2015-2016	99
	Comunicação de Progresso para o Pacto Global 2017	2017	42
	Relatório Bienal 2018-2019	2018-2019	100
FUNDAÇÃO RENOVA (5 relatórios)	Relato de Atividades 2016	2016	69
	Relatório Anual de Atividades 2017	2017	232
	Relatório Anual de Atividades 2018	jul/05	251
	Relatório Anual de Atividades 2019	2019	558
	Relatório Anual de Atividades 2020	2020	475
VALE (6 relatórios)	Relatório de Sustentabilidade 2015 (excerto)	2015	12
	Relatório de Sustentabilidade 2016 (excerto)	2016	15
	Relatório de Sustentabilidade 2017 (excerto)	2017	8
	Relatório de Sustentabilidade 2018	2018	104
	Relatório de Sustentabilidade 2019	2019	136
	Relatório de Sustentabilidade 2020	2020	185
TOTAL	14 relatórios	2015-2020	2045

Fonte: Carnielli (2021).

Os indicadores positivos e negativos do quadro pragmático do diálogo organizaram a análise de conteúdo dos relatórios, que foi operacionalizada no software N-Vivo. A codificação foi precedida pela leitura flutuante de reconhecimento de cada relatório, quando foi determinada a seleção na íntegra de 11 relatórios e a composição dos excertos para 3 documentos. Definimos um padrão para as operações de codificação, buscando rigor e consistência na interpretação: (a) codificação por *caso* (equivalente a organização), seguindo a ordem Samarco, Fundação Renova e Vale; (b) em cada *caso* (organização), por ano, começando do relatório mais antigo para o mais novo; (c) em cada relatório, primeiro com leitura linear e depois com consulta de termos recorrentes.



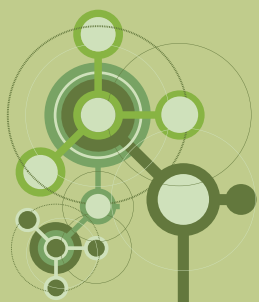
A COMUNICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES: PROMOÇÃO E OBSTRUÇÃO DIALÓGICA

Após a constatação inicial de que critérios ideais da comunicação são explicitamente anunciados pelas organizações em seus relatórios, compondo o que identificamos como *quadro normativo* da comunicação pública, exploramos o *quadro pragmático* em busca de dar a ver marcas textuais que denotam práticas implícitas de promoção e obstrução ao diálogo. A Tabela 1 a seguir reúne as ocorrências enumeradas dessas marcas textuais na codificação das 2.045 páginas dos relatórios.

Tabela 1: Referências codificadas por organização, relatório e indicador

	SAMARCO				RENOVA						VALE						TOTAL GERAL	
	2015-2016	2017	2018-2019	Total	2016	2017	2018	2019	2020	Total	2015	2016	2017	2018	2019	2020		Total
Quadro Pragmático																		
Indicadores Negativos																		
Anulação de tópicos	17	3	10	30	24	73	77	72	62	308	2	0	3	17	14	26	62	400
Desqualificação	1	1	2	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	4	7	11
Legitimação	0	0	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	6
Naturalização	32	11	40	83	12	5	2	0	0	19	0	1	5	30	6	17	59	161
Negação plausível	32	20	32	84	1	0	1	0	0	2	1	1	3	16	11	3	35	121
Neutralização	2	0	3	5	5	163	126	136	126	556	12	5	2	13	8	13	53	614
Pacificação	11	7	8	26	36	6	2	0	0	44	0	0	2	6	3	3	14	84
Subjetificação da experiência	0	0	0	0	9	0	1	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	10
Indicadores Positivos																		
Abstração de norma	4	1	8	13	2	0	1	1	0	4	0	0	0	2	6	7	15	32
Acolhida recíproca de diferenças	17	5	6	28	11	10	9	19	6	55	0	0	0	4	10	10	24	107
Aplicação concreta de norma	116	32	46	194	125	130	127	197	65	644	22	9	11	101	73	52	268	1106
Descentramento	2	7	6	15	22	1	0	0	0	23	0	0	1	1	0	0	2	40
Explicitação de razões	7	5	6	18	3	0	2	2	0	7	0	0	0	2	0	2	4	29
TOTAL GERAL																		2721

Fonte: Carnielli (2021).



Na análise do *quadro pragmático*, os indicadores negativos responderam por 52% das ocorrências, e os positivos por 48% (Quadro 4), de forma que a pequena variação demonstra a coexistência das duas frentes.

Quadro 4: Valências positiva e negativa do quadro pragmático para Samarco, Renova e Vale

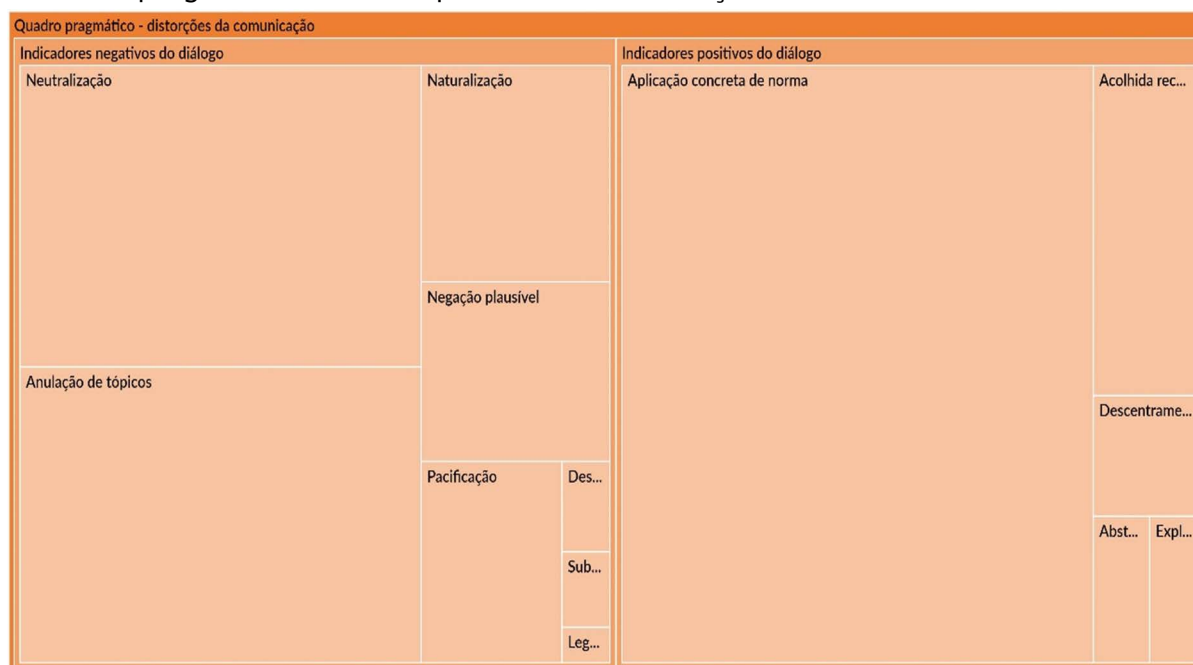
QUADRO PRAGMÁTICO		
Organização	Indicadores positivos	Indicadores negativos
Samarco	53%	47%
Renova	44%	56%
Vale	57%	43%
Todas	48%	52%

Fonte: Carnielli (2021, p. 201).

Em relação às práticas promotoras do diálogo, identificamos o acionamento das cinco estratégias listadas como indicadores positivos (*aplicação concreta da norma, acolhida recíproca de diferenças, abstração da norma, descentramento e explicitação de razões*), com largo predomínio da operação de *aplicação concreta de norma*.

Em relação às práticas obstrutoras do diálogo, foram constatados acionamentos relevantes de cinco das oito estratégias listadas como indicadores negativos (*neutralização, anulação de tópicos, naturalização, negação plausível e pacificação*). A relação proporcional das referências codificadas para cada um dos 13 indicadores positivos ou negativos em relação à soma de todos eles gera a representação gráfica do quadro pragmático, conforme Gráfico 1 a seguir.

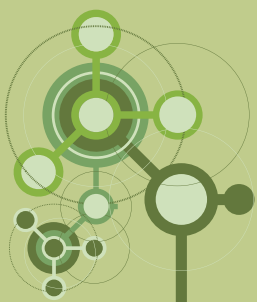
Gráfico 1: Quadro pragmático acionado por Samarco, Fundação Renova e Vale na trama acontecimental



Nota: Observa-se no gráfico, em ordem decrescente de presença, em Indicadores negativos do diálogo: Neutralização; Anulação de tópicos, Naturalização, Negação plausível, Pacificação, Desqualificação, Subjetificação da experiência, Legitimação; e em Indicadores positivos do diálogo: Aplicação concreta da norma, Acolhida recíproca de diferenças, Descentramento, Abstração da norma, Explicitação de razões.

Fonte: Carnielli (2021).

No Gráfico 1 que sintetiza o *quadro pragmático*, a área ocupada pelos indicadores é estabelecida pela maior proporção no todo: *aplicação concreta da norma*, 40,6%; *neutralização*, 22,6%; *anulação de tópicos*, 14,7%; *naturalização*, 5,9%; *negação*



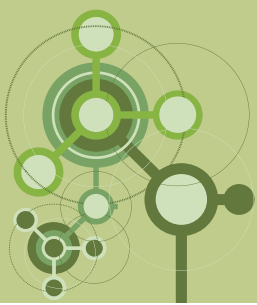
plausível, 4,4%; *acolhida recíproca de diferenças*, 3,9%; *pacificação*, 3,1%; *descentramento*, 1,5%; *abstração da norma*, 1,2%; *explicitação de razões*, 1,1%; *desqualificação*, 0,4%; *subjetificação da experiência*, 0,4%; e *legitimação*, 0,2%. A seguir, expõem-se as sínteses analíticas dos cinco indicadores mais presentes, com a seleção de trechos exemplares de sua incidência nos relatórios das organizações.

Na visão geral do *quadro pragmático*, a maior participação é constatada para o indicador de promoção do diálogo *aplicação concreta de norma*. Nas marcas textuais interpretadas a partir desse indicador, Samarco, Renova e Vale classificam a realidade revelada pelas tragédias centradas nas consequências, posicionando-se como sujeitos reparadores e compensadores dos malefícios causados pelo rompimento das barragens e também pela exploração mineral de forma geral (exemplos no Quadro 5). Essa postura reparadora e compensadora não se traduz em termos de autodeclaração como sujeito causador, de forma que o passado motivador das tragédias não é retratado nos relatórios.

Quadro 5: Indicador aplicação concreta da norma – exemplos postura reparadora e compensadora

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2018-2019	“Desde 2015, o cumprimento dos compromissos relacionados aos impactos do rompimento da barragem de Fundão tomou lugar de destaque – essas demandas incluem aspectos socioambientais e socioeconômicos, processos de investigação e diálogo com comunidades e representantes do poder público. A revisão das prioridades também levou em conta as tratativas necessárias à retomada das operações.” p. 12
Renova	2018	“Esse relatório traz os acontecimentos mais importantes ao longo de 2018 em relação aos esforços de reparação, compensação, mitigação e indenização de danos do que é considerado o maior desastre ambiental do Brasil, o rompimento da barragem de Fundão. Ao entrar em colapso em novembro de 2015, a estrutura operada pela mineradora Samarco liberou mais de 39 milhões de metros cúbicos de rejeito de mineração, que escoaram por uma extensão de 670 quilômetros de cursos de água [...]” p. 6
Vale	2018	“Esta 12ª edição do Relatório de Sustentabilidade é publicada no momento mais desafiador da história da Vale. Com o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro deste ano, perdemos colegas de trabalho, familiares, amigos, pessoas da comunidade. Impactamos negativamente a vida das pessoas e causamos danos ambientais e econômicos. Diante disso, desde o primeiro momento, estamos focados no atendimento à população e na reparação dos danos, mas ainda há muito a ser feito.” p. 5

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações.



À presença em maior proporção da *aplicação concreta de norma*, seguem-se quatro indicadores negativos do diálogo: *neutralização*, *anulação de tópicos*, *naturalização* e *negação plausível*. Dessa forma, a narrativa das tragédias e do fazer organizacional diante delas representada nos relatórios de atividades é marcada, consideravelmente, por essas operações de distorção dialógica.

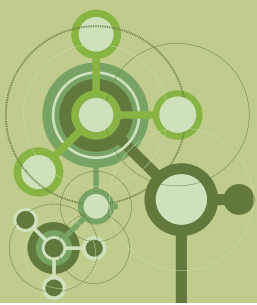
As barreiras ao diálogo impostas pela *neutralização* significam a sobrevalorização de interesses próprios não tensionados ou recompostos diante da diversidade de interesses que caracteriza os problemas públicos concernentes à mineração (geração de lucros, uso da água, destruição ambiental, intervenção cultural em territórios tradicionais, pagamento de impostos, dependência do mercado global etc.). A proteção do próprio ponto de vista em relação a outros foi destacada nos relatórios na ideia de coalizção, na adoção de linguagem gerencialista excludente, na gestão do tempo, na determinação da comunicação por interesses particulares, na nomeação da tragédia de Mariana como acidente, na abordagem dos riscos da mineração sob gestão e, ainda, na positivação das preocupações levantadas junto aos públicos. Em várias passagens ao longo dos relatórios da Renova, a linguagem administrativa faz alusão a deliberações anteriores, ofícios, pareceres e demais documentos apresentados sem contextualização (exemplos no Quadro 6). No relatório de 2019, a indicação de endereços de arquivos não acessíveis como fontes para as informações prestadas é feita 946 vezes ao longo do documento, prejudicando a compreensão geral do que foi, do que não foi e do que ainda deve ser feito.

Quadro 6: Indicador neutralização – exemplo linguagem gerencialista na Renova

Organização	Ano	Excerto do relatório
Renova	2019	<p>“Nota 2: Na data 02/10/2019 foi protocolado o ofício OFI.NII.102019.8014 em reposta à Deliberação nº 277, que solicitava a incorporação das considerações da CT-OS na definição do PG001. A Fundação considerou que a maioria das recomendações já são observadas ou estão em processo de construção na metodologia e procedimentos do PG001. Na data 19/11/2019 o CIF notificou, mediante Deliberação nº 346, o descumprimento da Deliberação nº 277. Por meio do ofício OFI.NII.122019.8529, a Fundação Renova respondeu à Deliberação nº 346, alegando o cumprimento dos termos e, por consequência, da revisão da metodologia e construção de novas ferramentas capazes de suportar a operacionalização das melhorias. Em 16 de outubro de 2019, deu-se início ao “Projeto Piloto” do Cadastro Integrado da Fase 2 e consequente execução dos ajustes necessários identificados em sua execução. No que diz respeito à revisão do escopo do PG001, a Fundação Renova reiterou que a versão da definição do Programa, apresentada em novembro de 2018, somados à metodologia implantada na Fase 2, já atendiam às recomendações da CT-OS.” p. 28</p>

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações.

Por sua vez, a *anulação de tópicos* foi observada na exclusão, na parcialidade ou na imprecisão da apresentação de temas, em confronto com o princípio da publicidade e a qualidade da formação de juízos a respeito do problema público. A comunicação de Samarco, Renova e Vale silencia, estrategicamente, as causas das tragédias e sua responsabilidade causadora, como as sirenes que não tocaram, a morte, a destruição, o perigo representado por outras barragens, a ação das mantenedoras e os órgãos participativos da Renova, bem como o conteúdo dos acordos celebrados e as disputas que permanecem vivas em torno deles, além da responsabilidade do Estado em relação às tragédias. A falta de referências às investigações oficiais das autoridades brasileiras – e, no caso da Samarco, sua frontal recusa – silencia o trâmite com valor jurídico e potencialmente desencadeador de punições (Quadro 7). Termos como *lesão*, *condenação*, *multa*, *pena* e *culpa* são evitados. As ocorrências da palavra *crime* são muito raras: uma vez nos relatórios da Samarco e duas vezes nos da Vale. Essa ausência leva ao ocultamento da dimensão criminógena das ações das mineradoras e de seus agentes.



Quadro 7 – Indicador anulação de tópicos – exemplo refutação da investigação oficial

Organização	Ano	Excerto do relatório
Samarco	2015-2016	“Em 20 de outubro de 2016, o Ministério Público Federal em Minas Gerais divulgou os resultados da força-tarefa para investigar o rompimento da barragem de Fundão. De acordo com os procuradores da república, a denúncia narra um histórico de todos os problemas ocorridos em Fundão, desde seu licenciamento. Foram denunciadas, ao todo, 26 pessoas, sendo quatro pessoas jurídicas – Samarco, Vale, BHP Billiton e VoGbr – e 22 pessoas físicas. No mês seguinte, a Justiça Federal em Ponte Nova recebeu a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal, tornando as partes denunciadas réis por crimes ambientais. A Samarco refuta a denúncia do Ministério Público Federal, que desconsiderou e desprezou em absoluto todos os esclarecimentos, provas e depoimentos apresentados ao longo das investigações iniciadas logo após o rompimento da barragem de Fundão.” p. 28

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações.

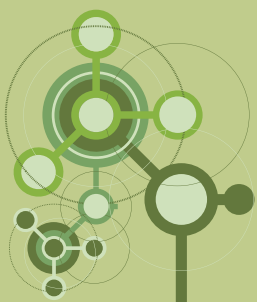
Com a observação da *naturalização* como distorção da comunicação, foi evidenciada a operação simbólica na qual o impacto não só é tornado típico da atividade minerária como ganha valência dupla, agindo tanto para destruir (negativo) como para construir (positivo), de forma que esses efeitos não possam ser considerados separadamente. Essa ideia, tomada como dada, atua como barreira à problematização dos públicos sobre os acontecimentos e sobre a própria mineração. Os acionamentos de *naturalização* mais recorrentes nos relatórios de Samarco, Renova e Vale referem-se à vinculação da necessidade da Samarco de voltar a operar para financiar a reparação, à normalização da expectativa de geração de impactos pela mineração (exemplos no Quadro 8) e também da situação de emergência permanente imposta sobre as comunidades vizinhas às minas. Além da positivação da ideia de impacto traduzida em investimento ambiental, que faz com que a destruição causada pela mineração seja naturalizada como meio desenvolvimentista.

Quadro 8: Indicador naturalização – impactos positivos e negativos indissociáveis

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Samarco	2018-2019	“Com um setor de atuação e uma cadeia produtiva que geram impactos sociais, ambientais e econômico-financeiros específicos, a Empresa se dedicou a orientar o negócio à contribuição para comunidades, à eficiência no uso de recursos naturais e à qualificação do capital humano.” p. 31
Vale	2019	“A Vale entende que os impactos socioeconômicos associados às suas atividades devem ser objeto de ações de gestão visando controle, mitigação e compensação (impactos negativos) ou potencialização (impactos positivos).” p. 69

Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações.

Constatamos também operações distorcivas da comunicação dialógica pela construção de ambiguidades nos relatórios das três organizações que colocam, implicitamente, *negações plausíveis*. Elas foram evidenciadas em torno das ideias de “responsabilidade não responsável” (principalmente com repartição simbólica propiciada pela Renova que libera a Samarco de lidar com as consequências da tragédia para se concentrar na retomada de suas operações) e no “controle incontável” que se exerce sobre os procedimentos da mineração, mas não controla as causas das tragédias. É expressa também na eleição do método de construção de barragens a montante como bode expiatório para a Vale. Ainda, a *negação plausível* está na proposição da mineração “nova sem novidade” ou na mineração “diferente sem diferença” e se relaciona à promessa da mineração do futuro já identificada por Henriques, Oliveira e Lima (2020). Samarco e Vale citam com frequência a ideia de



aprendizado e transformação, mas a fonte desse aprendizado está sempre no presente, na constatação das consequências, com as reparações exigidas pelas tragédias. Não há referência ao passado em que se localizam os erros e causas que levaram ao aprendizado: mudou, melhorou, alterou, transformou, mas sem indicação do quê. Há afirmação de aprendizados e mudanças sem objeto (Quadro 9).

Quadro 9: Indicador negação plausível – nova mineração sem novidade

Organização	Ano	Trecho do texto do relatório
Samarco	2018-2019	“Não nos esqueceremos jamais do ocorrido em novembro de 2015 e estamos absolutamente comprometidos com uma mineração diferente.” p. 6
Vale	2017	“Para 2018, uma de nossas metas é aumentar a eficiência de processos, trabalhando de forma próxima com nossos parceiros para encontrar novos e melhores caminhos de se fazer mineração.” p. 7
Vale	2018	“Os próximos meses e anos trarão para a Vale, assim como para todo o setor mineral, um grande desafio: repensar as operações e os padrões de segurança à luz dos acontecimentos de Brumadinho e de suas consequências.” p. 7

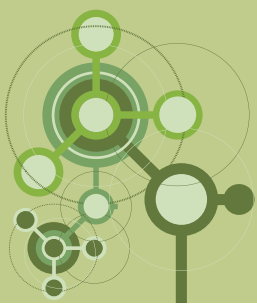
Fonte: Seleção da autora a partir dos relatórios das organizações.

Em menores proporções, são notáveis, no *quadro pragmático* acionado por Samarco, Renova e Vale, as operações de *acolhida recíproca de diferenças* e de *pacificação*. Esses dois indicadores são especialmente contraditórios entre si enquanto forças promotoras e obstrutoras do diálogo. Nos relatórios, observamos a delimitação de espaços institucionais específicos (canais de atendimento e ouvidoria, por exemplo) para a acolhida das manifestações do público, o que, em composição com as operações pacificadoras, denota estratégia de contenção dos conflitos potencialmente representados pela manifestação das diferenças do público em relação às organizações.

Os indicadores positivos *descentramento*, *explicitação de razões* e *abstração da norma* têm baixas proporções no *quadro pragmático*, de forma que é importante considerar os efeitos de sua ação marginal. Ou seja, as organizações definem e propõem uma comunicação dialógica que se pauta pouco no ponto de vista do outro, assumindo comportamento pouco *accountable* e que faz poucas generalizações de vivências específicas para situações problemáticas mais amplas e abstratas.

Ao recorrer a diferentes estratégias de distorção dialógica perante a estratégia promotora do diálogo prevalente que é a *aplicação concreta de norma*, Samarco e Vale, com a sustentação da Renova, operam, ao longo do tempo, uma mudança de posição de sujeitos das tragédias de Mariana e Brumadinho: partem da negação do sujeito causador e destruidor, afirmam-se como sujeito recuperador e financiador para chegar a sujeito inovador e desenvolvedor. Consideramos que os processos comunicacionais das três organizações incluem estratégias para tentar impedir o reconhecimento dos problemas em torno da mineração, silenciar a percepção de quem se vê afetado e, assim, impedir que se transformem em problema público.

Importante pontuar que nossas análises estão limitadas pelas características do corpus: trata-se do relato das próprias organizações, estrategicamente selecionado e produzido por elas com vistas a determinados públicos. Primeiramente destacamos que, apesar de mirarmos no diálogo, não foi essa situação interacional que analisamos, mas a representação/projeção que as organizações fazem dela, razão pela qual é possível considerar como as organizações dizem que fazem ou querem fazer diálogo. Um segundo aspecto importante é que, embora os relatórios de atividades sejam peças publicadas a todos os públicos, sua feitura é marcada por exigências e “boas práticas” específicas do ambiente corporativo e determinadas pelo peso do público acionista. De toda forma, as próprias organizações definem essas publicações como sua prestação *pública* de contas em que apresentam suas ações em consideração a todos os públicos.



A SISTEMÁTICA DISTORCIVA E O CINISMO DO PARADOXO DIALÓGICO

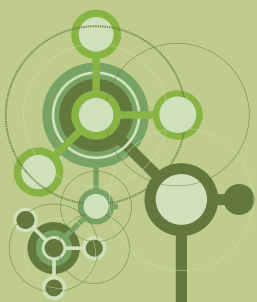
No *quadro pragmático* representativo da experiência comunicacional relatada e projetada pelas próprias organizações, constatamos a justaposição simultânea de elementos heterogêneos que caracteriza um paradoxo. Diante da força de abertura dialógica da *aplicação concreta de norma*, que indica capacidade de indexação da realidade trágica, são colocados os movimentos distorcivos do diálogo com a comunicação avessa a interesses alheios tipificada na *neutralização*, os silenciamentos e ocultamentos da *anulação de tópicos*, a obstrução analítica produzida pela *naturalização* de ideias e o jogo de ambiguidades da *negação plausível*.

Essas quatro estratégias negativas do diálogo não anulam a *aplicação concreta de norma* nem desfazem a relação de verossimilhança com a realidade e de compartilhamento de juízos por ela estabelecida. As forças antagônicas são acolhidas no mesmo quadro interacional. Portanto, o *quadro pragmático* da comunicação referenciado por Samarco, Renova e Vale não é dominado pelas estratégias de obstrução do diálogo, elas convivem com as estratégias de promoção dialógica sem fazer exclusões ou sínteses. Essa presença simultânea de elementos heterogêneos dentro do próprio *quadro pragmático* permite constatar que a sistemática de distorção da comunicação se estabelece não apenas na tensão entre o *quadro normativo* e o *quadro pragmático*, mas também dentro do próprio *quadro pragmático*. A distorção da comunicação constatada no posicionamento público assumido pelas três organizações se faz entre ideal e prática e, também, entre práticas de valência dupla.

A estratégia sistematicamente reproduzida ao longo dos relatórios de atividades publicados por Samarco, Renova e Vale desde as tragédias de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) até julho de 2021 é a do *paradoxo dialógico*. Nela, o diálogo é explicitado como valor orientador da comunicação das organizações com os públicos, declarado como seu compromisso de comunicação democrática, participativa, transparente e respeitosa. Implicitamente, um campo de forças antagônicas de promoção e de impedimento à interação dialógica é montado, em espécie de labirinto em que portas são concomitantemente abertas e fechadas, de modo que não se possa escapar dele.

Eis o *quadro paradoxal da comunicação cínica* operando a convivência normalizada de elementos antagônicos. Essa comunicação é paradoxalmente cínica porque se ampara sobre a estrutura normativa da comunicação pública e, implicitamente, distorce o funcionamento pragmático da comunicação com operações sistemáticas e simultâneas de promoção e de obstrução dialógica. Ela se constitui em tentativas de controle estratégico das organizações sobre o processo de problematização da trama acontecimental das tragédias de Mariana e de Brumadinho. A imagem pública tramada em operações sistemáticas de distorção à comunicação apresenta as mineradoras estrategicamente responsivas ao público e à democracia, quando sua prática é a de uma (pseudo)comunicação destinada ao controle estratégico, e não à interação dialógica. Essas distorções podem ser eficientes na proteção contra controvérsias, conflitos e negociações mediados em público.

A formulação da *comunicação cínica* (Carnielli, 2021) reporta ao conceito de racionalidade cínica, entendida como expressão contemporânea de modos de pensar, fazer e refletir marcados pelo cinismo ou por uma razão cínica (Sloterdijk, 2012; Safatle, 2008). Refere-se ao processo de racionalização em que o cinismo é apreendido como “categoria maior para a análise das dinâmicas de racionalização em operação nas múltiplas esferas de interação social do capitalismo contemporâneo” (Safatle, 2008, p. 12). Seu sentido não está no discurso falso ou na máscara de insinceridade que esconde interesses, como é apreendido no senso comum. A razão cínica se expressa na comunicação indiferente, combativa e paradoxal, que busca a autoconservação. Assim, a ideia da comunicação cínica permite refletir sobre as consequências éticas e práticas da expressão de um padrão racional cínico.



CONCLUSÕES SOBRE ENFRENTAMENTOS PÚBLICOS E VIOLAÇÕES NA COMUNICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

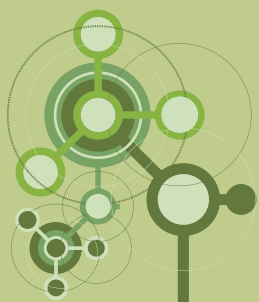
Ao estudar as organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, buscamos explorar a expressão de um poder específico em ação na sociedade: o poder comunicacional das organizações. As organizações privadas têm negócios que não se limitam ao sistema econômico; sua natureza e forma de funcionamento, inevitavelmente, tocarão temas de interesse público, ou seja, aqueles que afetam a vida das pessoas. A natureza privada da comunicação do agente econômico não pode ser transmutada em pública. Isso não impede, por sua vez, que esses agentes econômicos acionem estrategicamente ou sejam acionados a participar de debates de interesse público. Mendonça (2013) chama a atenção para a mercantilização da democracia deliberativa, em que a lógica do mercado se apropria dessa teoria. A crítica encontra eco na denúncia de Marques, Mafra e Martino (2017, p. 88) para a tradução simplista da comunicação pública por parte das organizações que estão em busca “de um cenário sem conflitos, sem política, sem dissenso e sem ameaças à hegemonia estratégica”.

Ao contrário, a noção de comunicação pública normativamente informada e faticamente abordada (Esteves, 2011; Weber, 2017; Carnielli, 2017) permite dar a ver justamente os conflitos nos contextos organizacionais como mecanismos de reconhecimento ou resistência (Marques, Mafra e Martino, 2017). Afinal, é preciso asseverar que estamos falando de um contexto específico de atuação desses agentes econômicos: o contexto democrático. Se não pela natureza de sua constituição, mas pelas regras do jogo desse ambiente democrático, o agente econômico está publicamente constrangido, pela força da lei e pela pressão da esfera pública.

A ideia da comunicação sistematicamente distorcida permite ver as assimetrias entre os atores e a existência de mecanismos (estratégicos) que incentivam ou bloqueiam o diálogo, e refletir sobre as operações que instauram essa violação. Nos parece insuficiente e equivocado considerar que seria a intrínseca finalidade de lucro das organizações que imporá violações à comunicação bem-sucedida (ou dialógica) nos lances discursivos do agente econômico. Ele faz e fará, necessariamente, uma comunicação estratégica, que intenciona a influência e é privadamente motivada. Não é o interesse privado pelo lucro que está oculto na comunicação; ao contrário, encontra-se bem explicitado e incorporado ao entendimento de funcionamento do capitalismo. O que está estrategicamente ocultado sob a aparência de uma comunicação transparente e aberta ao diálogo é o interesse em distorcer a comunicação, impedindo pragmaticamente a realização da postura dialógica. O fato de ser privadamente interessado indica a condição do agente econômico e de sua comunicação estratégica, mas não exatamente o elemento violador da comunicação. Não é a estratégia que viola a comunicação e a ética das organizações, mas sim as estratégias ocultas de distorção da comunicação. A ação estratégia é forma genuína de agir não apenas das organizações, mas de todos os públicos interessados.

Importa ainda reforçar que a visada aos sinais negativos do diálogo presentes na comunicação das organizações não deve ser tomada como presunção da impossibilidade de compor, contrapor, rever ou reter os interesses da atividade econômica diante do público. Ao contrário, ela mostra que as organizações, em suas estratégias, precisaram (re)agir em relação a um *outro* que, de alguma forma, se fez visto e percebido em relação a suas cobranças para aquelas organizações. A análise da comunicação estratégica das organizações é relevante na medida em que considera a abertura organizacional à negociação e à composição própria do espaço público – ou seja, sua capacidade de dialogar e se integrar ao contexto democrático. É a qualidade dessa integração que precisa ser considerada e os resultados desta pesquisa evidenciam que, no caso das tragédias de Mariana e Brumadinho, ela é deletéria ao diálogo e à comunicação pública.

A hipótese trabalhada ao longo da pesquisa que subsidiou este artigo qualificou em termos cínicos a comunicação resultante da ação estratégica das organizações Samarco, Fundação Renova e Vale, o que significa desrespeitar a democracia quando um acontecimento do âmbito econômico desequilibra arranjos sociais e ambientais. Afinal, o paradoxo cínico instalado na



comunicação opõe barreiras à problematização das questões públicas relacionadas à mineração potencialmente reveladas na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho. Uma vez que extravasada, a lama impossível de ser contida mais encobre do que revela. Diante do poder hermenêutico de revelação do acontecimento público, a ação estratégica das organizações é para neutralizá-lo, silenciá-lo e pacificá-lo sob a égide da imagem pública de organizações mineradoras reparadoras, inovadoras e desenvolvedoras, camuflando sua posição de causadoras das tragédias e de empreendedoras de uma mineração destrutiva.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Rudimar. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. *In*: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). *Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos*. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 135-164. v. 1.

BOHMAN, James. "When water chokes": ideology, communication, and practical rationality. *Constellations*, New York, v. 7, n. 3, p. 382-392, 2000.

BOHMAN, James. O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica. *In*: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 85-108.

BRASIL. *O desastre*. Brasília, DF: Ministério Público Federal, 2019a. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. *Relatório Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho e outras barragens*. Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/56a-legislatura/cpi-rompimento-da-barragem-de-brumadinho/documentos/outros-documentos/relatorio-final-cpi-senado-federal>. Acesso em: 7 jan. 2020.

CARNIELLI, Fiorenza Zandonade. *Comunicação pública e comunicação cínica na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho*. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231841>. Acesso em: 10 set. 2024

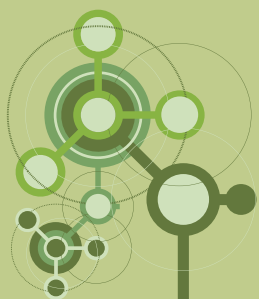
CARNIELLI, Fiorenza Zandonade. Instituições e interesse público: os processos de comunicação pública como estratégia instituinte. *Organicom*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 64-75, 2017.

DEETZ, Stanley A. *Democracy in an age of corporate colonization: developments in communication and the politics of everyday life*. Albany: State University of New York Press, 1992.

ESTEVES, João Pissarra. *Sociologia da comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

GROSS, Alan G. Systematically distorted communication: an impediment to social and political change. *Informal Logic*, Windsor, v. 30, n. 4, p. 335-360, 2010.

HABERMAS, Jürgen. On systematically distorted communication. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, [s. l.], v. 13, n. 1-4, p. 205-218, 1970.



HENRIQUES, Márcio Simeone; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; LIMA, Fábila Pereira. Mineração do futuro: o discurso da promessa. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 29., 2020, Campo Grande. *Anais [...]*. Campo Grande: Compós, 2020, p. 1-18.

MAFRA, Rennan Lanna Martins; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Topografias do diálogo nos contextos organizacionais. *In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; LIMA, Fábila Pereira (orgs.). Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. p. 83-98. v. 2.

MAINIERI, Tiago; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; LIMA, Fábila Pereira; HENRIQUES, Márcio Simeone. Comunicação e poder organizacional. *In: MAINIERI, Tiago; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (orgs.). Comunicação e poder organizacional: enfrentamentos discursivos, políticos e estratégicos*. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 12-21.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MAFRA, Rennan Lanna Martins. O diálogo, o acontecimento e a criação de cenas de dissenso em contextos organizacionais. *Dispositiva*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 2-20, 2014.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MAFRA, Rennan Lanna Martins; MARTINO, Luis Mauro Sá. Desafios para a prática das relações públicas em sua interface com a democracia e questões de justiça. *In: MAINIERI, Tiago; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (orgs.). Comunicação e poder organizacional: enfrentamentos discursivos, políticos e estratégicos*. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 91-123.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MAFRA, Rennan Lanna Martins; MARTINO, Luis Mauro Sá. Um outro lugar sobre a comunicação pública: a constituição discursiva de sujeitos no âmbito das organizações. *Dispositiva*, Belo Horizonte, v. 6, n. 9, p. 76-92, 2017.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 49-64, 2013. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000100003>.

MORICEAU, Jean-Luc. A comunicação organizacional e os direitos do outro homem. *In: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; SILVA, Daniel Reis; LIMA, Fábila Pereira (orgs.). Comunicação e Direitos humanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2019. p. 25-39.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2008.

SLOTERDIJK, Peter. *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

WEBER, Maria Helena. Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático. *Caleidoscópio*, Lisboa, n. 10, p. 189-203, 2011.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. *In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (orgs.). Comunicação pública e política: pesquisa e prática*. Florianópolis: Insular, 2017. p. 23-58.